



ENFERMEIROS

Requisição civil tenta travar paralisação

MEDIDA ⚡ Só utilizada em “circunstâncias particularmente graves”
AÇÃO ⚡ A partir de 6^a feira a greve estende-se a Lisboa, Coimbra e Setúbal

JOÃO SARAMAGO

O Governo admite recorrer à requisição civil para tentar travar a greve dos enfermeiros às cirurgias. Uma medida que só pode ser usada em “circunstâncias particularmente graves”, sendo decidida em Conselho de Ministros e efetivada por portaria.

Os enfermeiros fazem greve às cirurgias desde 31 de janeiro. A paralisação estende-se até final do mês e abrange sete unidades: centros hospitalares do Porto, de Entre Douro e Vouga (Santa

NOS PRIMEIROS DOIS DIAS FORAM CANCELADAS 645 CIRURGIAS PREVISTAS

Maria da Feira), Gaia/Espinho e Tondela/Viseu; e hospitais de Braga, São João (Porto), e Garcia de Orta (Almada). Segundo o Ministério da Saúde, nos primeiros dois dias (quinta e sexta-feira passadas) foram canceladas 645 das 1133 cirurgias previstas. A partir de sexta-feira, a greve será alargada pelo Sindicato Democrático dos Enfermeiros de Portugal a mais três unidades: centros hospitalares de Coimbra, Lisboa Norte



Enfermeiros participam na greve às cirurgias após várias ações de protesto

(Santa Maria) e Setúbal.

A pedido do Governo, a greve será também sujeita a uma avaliação por parte da Procuradoria-Geral da República. Numa anterior decisão, os procuradores classificaram a greve de lícita, mas alertaram que, caso cai-

ba a cada enfermeiro decidir o dia, hora e duração da paralisação o protesto é “ilícito”. A presidente da Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros, Lúcia Leite, classifica o pedido “como nova tentativa para terminar a greve”. ●